

***DIVINDADES INDÍGENAS SOB O
DOMÍNIO ROMANO EM PORTUGAL,
35 ANOS DEPOIS***

José d'Encarnação

OS OBJECTIVOS DE UMA PESQUISA

Defendida em Janeiro de 1970, a dissertação de licenciatura intitulada *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (= *DIP*) (fig. 1), viria a ser publicada pela Imprensa Nacional (Lisboa), em 1975, com prefácio de D. Fernando de Almeida, que fora o orientador.

Optou-se por excluir da edição uma série de dados que o texto dactilografado incluía, quer por se tratar de meras referências, quer por se considerarem destituídos de fundamento científico. Contudo, a bibliografia, colocada no início do volume, continha, desde logo, informações sintéticas acerca do interesse de cada um dos textos citados;¹ e procurei dar também a cota que tinham na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Na verdade, esses haviam sido os dois principais escolhos da pesquisa: primeiro, as constantes repetições — quase à exaustão — de informações anteriores sem nada se acrescentar de concreto; segundo, as citações bibliográficas mui incompletas que desnorteavam o investigador e lhe faziam perder muito tempo.²

Por conseguinte, ficou logo muito claro que o objectivo fundamental do trabalho — que, dado o seu teor de tese de licenciatura para uma universidade portuguesa, se tinha de cingir, então, ao território nacional — seria a pesquisa sistemática de todos os dados existentes sobre cada um dos monumentos e a sua minuciosa análise *in loco*, com vista a verificarem-se as leituras que se poderiam garantir.

¹ Recordo, a título de exemplo, o extenso comentário ao artigo de Azevedo 1958, 28-29. Para este autor, toda a onomástica deveria ser interpretada a partir do grego.

² Sistemáticamente Hübner citava Figueiredo; só depois de muitas voltas logrei descobrir que se estava a referir a José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco! Ou ainda Botelho, que mais não era que Manuel Botelho Ribeiro Pereira.

Estava-se, recorde-se, em finais da década de 60. A ciência epigráfica, nos moldes em que hoje a conhecemos, estava a dar os primeiros passos; o volume sobre a epigrafia de *Conimbriga* só viria a aparecer uma década depois.³ O único livro que, nos tempos mais próximos, abordara esta questão fora a tese de doutoramento de José María Blázquez Martínez⁴ e o II volume das *Religiões da Lusitânia* (Lisboa 1905) de José Leite de Vasconcelos constituía (como ainda hoje!) fecundo manancial a explorar. Depois, eram múltiplos artigos, nas mais diversas revistas, jornais, boletins locais e, sobretudo, o empenho grande dos linguistas espanhóis, sob orientação de António Tovar, em esclarecer estas assaz misteriosas — e diria mesmo excitantes — etimologias dos teónimos, na esteira do que, há muito tempo atrás, tentara F. Adolfo Coelho.⁵

Por conseguinte, no contacto constante com António Tovar e María Lourdes Albertos, meti mãos à obra, procurando a leitura o mais exacta possível do teónimo, para que se não criassem ilusões descobrindo etimologias e significados quando, na pedra, muito outra era a palavra que se lia.⁶

Direi ainda que o impulso inicial veio da descoberta da ara a *Aracus Arantoniceus* no termo de Cascais, supostamente inédita a princípio e que veio a verificar-se depois que já Hübner a publicara,⁷ o que, naturalmente, despertou entusiasmo em relação ao tema.

De facto, tendo sido publicado no mesmo ano de 1975 um livro de J. M. Blázquez, em que se apresentava o rol das divindades identificadas na Península⁸ e preparando José Manuel Garcia a reedição das *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos, a que acrescentou um quarto volume, de sistematização dessa mesma lista de teónimos (incluindo indígenas e não-indígenas), que, no entanto, por dificuldades várias, só viria a ser editado bastante tempo depois,⁹ o certo é que o tema começou de imediato a despertar enorme curiosidade, a que a progressiva globalização da cultura acabaria por servir de alavanca, porque quanto mais se globaliza maior importância se dá ao que é... indígena!

E o vocábulo 'indígena', por cuja adopção logo, com relativo êxito, pugnei,¹⁰ mais aguçou o engenho.

³ Étienne, Fabre e Lévêque 1976.

⁴ Blázquez 1962.

⁵ Por exemplo, em Coelho 1884.

⁶ Ainda que em relação a um antropónimo, lembrarei o que se passou com um epitáfio de Sintra: vid. Encarnação e Ribeiro 1998.

⁷ Cf. Encarnação 2001, 19-23.

⁸ Blázquez 1975 (fig. 2).

⁹ Garcia 1991.

¹⁰ Vid. Encarnação 1971.

A INVESTIGAÇÃO POSTERIOR

A tradição salmantina dos estudos linguísticos, a que se juntaram, mais tarde, os investigadores do País Basco e de Saragoça, sem descurar, obviamente, o que se fazia em Madrid, acabaram por encaminhar nessa investigação especialistas de renome, hoje nomes incontornáveis pelo currículo que, nesse âmbito, já podem apresentar.

Dir-se-á que, entretanto, se publicou o já referido volume II das *Fouilles de Conimbriga* a trazer nova luz sobre a forma de encarar o monumento epigráfico; e se criou, em Coimbra, a partir do ano lectivo de 1975-76, uma cadeira anual de Epigrafia, que, acontecendo pela primeira vez entre nós e, até, na Península Ibérica, possibilitou o estudo generalizado da epigrafia patente nas várias regiões do País, de tal modo que foi preciso lançar, em 1982, uma revista, o *Ficheiro Epigráfico*, expressamente para dar a conhecer as novas epígrafes encontradas, entre as quais bastantes aras a divindades indígenas.¹¹

E os colóquios sobre línguas e culturas paleo-hispânicas¹² escolheram sempre este como um dos temas da sua preferência.

Analisar, pois, o que foram estes 35 anos de investigação sobre divindades indígenas da *Hispania* é tarefa para um livro e, quiçá, para uma enciclopédia que conte com a colaboração dos que, na Península Ibérica e também na Alemanha e em França e noutros países, o estão a estudar. Gostaria, por conseguinte, de assinalar tão-somente três ou quatro aspectos que se me afiguram relevantes para o prosseguimento da pesquisa.

AS DIVERSAS LINGUAGENS

Em primeiro lugar, salientarei de novo a obrigatoriedade de nos atermos apenas a leituras fidedignas. Se não se consegue ler com o mínimo de certeza, não vale a pena gastarmos o nosso tempo a encontrar etimologias passíveis de trazer luz sobre os atributos da divindade.

¹¹ Encarnação 1988.

¹² Estes colóquios têm-se realizado com regularidade e as suas actas editadas também sem detença. Por exemplo, as do IV Colóquio Internacional de Línguas e Culturas Páleo-hispânicas (Vitória, 6-10 de Maio de 1985) foram publicadas no volume 2-3 (1985-86) da revista *Veleia*, editada pela Universidade do País Basco; o V colóquio realizou-se em Colónia (Setembro 1989): *Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1993; o VI em Coimbra (Outubro 1994): *La Hispania Prerromana*, Salamanca, 1996; o VII em Saragoça (Março 1997): *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana* (Salamanca, 1999); o VIII em Salamanca (Maio 1999): *Religión, Lengua y Cultura Prerromanas de Hispania* (Salamanca, 2001); o IX em Barcelona (Outubro 2004): *PalHisp* 5, 2005; o X em Lisboa (Fevereiro 2009): *PalHisp* 9, 2009.

E, a talhe de foice, direi que continuo a perfilhar a ideia de que são os nomes que são fundamentais, porque hauridos nessa língua comum que foi o indo-europeu e cujos radicais, pela sua semelhança em variadas línguas com idêntico significado, constituem imprescindível fonte de informação.

O Homem sempre terá gostado de chamar as coisas, as pessoas, os seus númenes, pelo que eles, mui concretamente, lhe pareciam. Não há, em meu entender, outra volta a dar — e a pesquisa linguística terá de prosseguir nessa direção. Como numa outra: na contaminação (se quisermos usar este termo) entre a linguagem oral e a escrita, numa época em que tudo estava ainda muito confuso entre todos os intervenientes, que pelas primeiras vezes se encontravam.¹³ Não são, por consequência, de admirar as diferentes grafias da mesma palavra, sem que isso implique uma etimologia diversificada.

OS EPÍTETOS DIVINOS

Fez-se caminho, ao andar, para referirmos o sempre citado António Machado;¹⁴ e, ao olharmos para trás, para o caminho já percorrido, vemos que há ainda muitos pontos obscuros, mas outros muitos que logram congregar em torno de si ampla concertação.

Os epítetos das divindades indígenas serão, quiçá, um dos pontos mais controversos.

Javier de Hoz, por exemplo, numa reunião científica em que as divindades pré-romanas foram, de facto, tema principal,¹⁵ defendeu, no caso de uma das mais emblemáticas da Lusitânia,¹⁶ vulgarmente designada por *Banda*, por uma questão de simplificação (sem grande rigor científico, estou de acordo), que as palavras que acompanhavam o vocábulo detinham não um carácter adjectival, como vínhamos preconizando, mas uma categoria substantivante: ou seja, o vocábulo *Bandi*, *Banduae*, *Bandu* (para se referirem três das termina-

¹³ E o que é curioso é que, na actualidade, dada a facilidade de movimentação das gentes, isso se volta a notar na fala corrente. E não resisto a observar que, numa recente festa de aniversário em Portugal, eu convivi, em língua portuguesa de diferentes entoações e vocabulários, com dois iranianos, um argentino (de ascendência espanhola, italiana e alemã), uma ucraniana e uma brasileira, num universo de dezassete pessoas! E a filha de um desses casais, com cinco anos de idade, já nascida em Portugal, respondia aos seus interlocutores ora em persa, ora em português, ora em espanhol, ora em inglês, com a mesma facilidade!...

¹⁴ A. Machado, *Poesias Completas*, Madrid, 1984, 223 (xxix): “*Caminante, son tus huellas / el camino, y nada más; / caminante, no hay camino, / se hace camino al andar. / Al andar se hace camino, / y al volver la vista atrás / se ve la senda que nunca / se ha de volver a pisar*”.

¹⁵ Hoz 1986.

¹⁶ Que se me perdoe a heresia do uso do singular.

ções de dativo mais correntes) equivaleria a algo como *deus*, ou seja, manifestava a categoria divina do vocábulo que vinha a seguir. Assim, pelo menos, foi entendida a sua conclusão, seguida por alguns e esgrimida contra mim, ainda que uma leitura mais atenta possa ir em ambos os sentidos. Ora leia-se:

“Resumiendo podemos añadir a nuestras conclusiones sobre Bandue ya esbozadas que se trata de una divinidad protectora y tutelar, ligada con seguridad a comunidades humanas, aunque tal vez no sea esta su única esfera de acción. En todo caso se confirma el carácter genérico, no personal, de la apelación Bandue, y no necesitamos pensar que todas las dedicaciones a esa advocación se refieran realmente a una misma divinidad; sus aspectos individuales los debemos ver más bien en los epítetos” (Hoz 1986, 41).

Por conseguinte, teria, assim, razão Blázquez Martínez quando proclamava que o número de divindades indígenas iria em aumento exponencial, enquanto eu defendia o contrário, justamente porque, para mim, a divindade é única e assume características distintas conforme o povo ou a região que a venera. De resto, a opinião de Javier de Hoz pode, de facto, ser entendida tanto como dando ao vocábulo *Banda* (ele prefere *Bandue*, como vimos) a categoria substantiva de ‘apelación general’, a pôr ao lado de *Tutela*, *Genius*, *Lares* (Hoz 1986), como a de adjectivo. Seguramente — e nisto estamos cada vez mais de acordo — que *“no debemos pensar que necesariamente todos los epítetos que acompañan a Bandue sean indicaciones de lugar”* (Hoz 1986, 40) e a recente descoberta, no termo da *civitas Igaeditanorum*, de duas aras (ainda inéditas, em fase de estudo), dedicadas a uma divindade que tem, sem dúvida, epíteto (*Poltucea*) derivado de um antropónimo (*Polturus*) e foi este que deu nome à *gentilitas Polturiciorum* (fig. 3) mostra bem que na origem de um epíteto pode estar um topónimo ou, muito mais provavelmente, um etnónimo, porque, em princípio, uma divindade se liga mais às gentes que aos lugares.

Um dos aspectos abordados neste âmbito dos atributos prende-se com a forma como as divindades devem ser apresentadas em livro. Nas *DIP* segui uma ordem alfabética, como também o faria depois Blázquez Martínez, por ser a forma mais simples de consulta. Advogam muitos a classificação — e consequente apresentação — trifuncional, haurida em Georges Dumézil.¹⁷ O nº 3, o esquema trifuncional sempre presente, em todas as mitologias e na organização das sociedades. Até a visão da Santíssima Trindade, no Catolicismo — Pai, Filho e Espírito Santo — é susceptível de se interpretar segundo esse paradigma: o poder supremo, a capacidade de acção e a intervenção efectiva no quotidiano. Clero, Nobreza e Povo; Senadores, Cavalei-

¹⁷ Dumézil 1958.

ros, Plebe... Paradigma que serve para arrumar ideias, mas que, na verdade, não é estanque e, no que concerne às divindades, torna-se difícil saber, quando a elas recorreremos, se as encaramos de uma forma ou doutra; por vezes, decerto, de uma forma, doutras, de outra, conforme as circunstâncias. São seres divinos — e tudo lhes é possível!

Aproveitaria para reforçar também uma outra ideia que diversas vezes tenho expressado: não há pares divinos!¹⁸ Quando se invoca uma divindade no masculino e no feminino, é porque se não tem a certeza de qual 'sexo' lhe atribuir; cada crente o encara na forma que mais lhe agrada!

ETIMOLOGIAS

Insistiria igualmente no cuidado a ter no que concerne à atribuição de uma etimologia e, de modo especial, a uma etimologia ligada a determinado estrato (digamos assim) populacional.

Compreende-se, por exemplo, que, no último quartel do século XIX, pelos circunstancialismos políticos do momento — retomados, pelas razões que se conhecem, em meados do século XX (antes, durante e imediatamente após a Segunda Grande Guerra) — se tenha querido advogar uma etimologia celta para uma imensa maioria de palavras pré-romanas que os Romanos latinizaram. Os Celtas estavam — e voltam a estar... — de moda.

Não se me afigura passível de contestação a afirmação, em relação ao caso citado, de que, apesar das diferentes sufixações, o radical de teónimo, de antropónimo e de etnónimo é o mesmo e que, por isso, as três palavras (*Poltucea*, *Polturus* e *Polturicii*) significam algo de estreitamente comum; mas, se não se tivesse a certeza da leitura ou não houvesse a feliz coincidência de as havermos encontrado juntas, que estranhas considerações se não poderiam fazer!...

Na minha dissertação, não incluí as duas inscrições em língua dita 'lusitana'. Havia pouco que António Tovar as encarara com mais detença e, aliás, só no colóquio de Lisboa, em 1980, se lhes referirá com mais pormenor.¹⁹ Tudo era, ainda, bastante obscuro e preferiu-se não ir por aí.

Hoje, naturalmente, essas epígrafes, mau grado as dificuldades de leitura e de interpretação, constituem documentos excepcionais, pelo que de novidade trazem. Sobre Cabeço de Fráguas se anuncia, no momento em que redijo este texto, uma reflexão aprofundada a reunir as contribuições de epigrafistas,

¹⁸ Vid. Encarnação 2002.

¹⁹ A Tovar 1985.

linguistas e arqueólogos (uma tríade que sempre preconizei, como se sabe, para análises desta temática).²⁰

Acerca da recente inscrição de Arronches, sobre cujo significado os especialistas puderam debater, em mesa-redonda, perante o documento, no decorrer dos trabalhos do citado x Colóquio Internacional, muito se irá ainda escrever, não só no que concerne à interpretação do texto em si, nomeadamente da última parte, que sai dos esquemas habituais, mas também em relação aos epítetos das divindades, novas (*Broeneia*) e já conhecidas (*Banda, Reva, Cantibidone...*) (fig. 4). Tivemos ocasião de adiantar duas opiniões:²¹

- primeira: que os dativos *Harase, Aharacui e Haracui* se poderiam equivar, sendo versões diferentes do mesmo vocábulo;
- que ali poderia estar a ‘raiz’ do topónimo actual Arronches, nas proximidades do qual a epígrafe fora encontrada.

Dos investigadores presentes no colóquio, apenas tenho conhecimento, até ao momento, de uma publicação.²² Os seus autores procedem, de modo exaustivo, a uma análise linguística e morfológica dos vocábulos patentes na epígrafe, feita anteriormente à mesa-redonda do colóquio, mas que acabou por integrar observações colhidas nessa altura. No que concerne ao epíteto atrás mencionado, nas suas três variantes, consideram-no como tal e atribuem-lhe valor locativo.

CONCLUINDO

As constantes actualizações bibliográficas de que José María Blázquez sistematicamente se faz eco;²³ o dinamismo conseguido com a realização dos colóquios sobre línguas e culturas paleo-hispânicas;²⁴ os resultados obtidos através do projecto *FERCAN*;²⁵ o entusiasmo com que jovens investigadores,

²⁰ Prevista para 23 de Abril de 2010, na cidade da Guarda, jornada subordinada ao título ‘*Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*’, numa organização conjunta do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, do Museu da Guarda e do Centro de Estudos Ibéricos.

²¹ Encarnação *et alii* 2008.

²² Prósper e Villar 2009.

²³ A última das quais, Blázquez 2009.

²⁴ Anuncia-se o XI para Valência, em Março de 2011.

²⁵ *FERCAN - Fontes Epigraphici Religionum Celticarum Antiquarum* é um projecto de investigação coordenado pelo Prof. Dr. Manfred Hainzmann, do Institut für Alte Geschichte und Altertumskunde, da Universidade de Graz (Áustria), que reúne investigadores de todo o Ocidente europeu. Tem reuniões de trabalho anuais, estando prevista a próxima para o final de Maio do corrente ano de 2010, onde o tema principal de análise será: ‘*Divinités Celtiques, Épigraphie et Iconographie, Interpretationes Romanae*’; vid. <http://www.oeaw.ac.at/praehist/fercan/>.

como Blanca M. Prósper ou Juan Carlos Olivares Pedreño, entre outros, se estão a dedicar a estes temas — são penhor de que, também nesse domínio, rápidos e sugestivos serão os avanços.

Poderá, aqui e além, ver-se a religião a servir ideologias políticas. Acidentes de um percurso que, afinal, almeja, queiramos ou não, um objectivo comum: verificar como, nesse e em todos os tempos, com variadíssimos nomes e diversificados rituais, o Homem sentiu a necessidade de se dirigir a Alguém a quem atribuiu dotes sobrenaturais, para melhor singrar pelas deveras espinhosas e bem cansativas veredas da Vida — a sua, a dos seus, a da comunidade em que esteve inserido.²⁶

REFERÊNCIAS

- III CLCP: J. de Hoz (ed.), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980), Salamanca 1985.
- Azevedo 1958: R. Azevedo, “Onomástico ibérico (Tentativa etimológica), Teogonia?”, *Boletim Cultural (Câmara Municipal do Porto)*, 21, fasc. 3-4, 1958, 337-389.
- Blázquez 1962: J. M. Blázquez, *Religiones Primitivas de Hispania, vol. 1. Fuentes Literarias y Epigráficas*, Roma 1962.
- Blázquez 1975: J. M. Blázquez, *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid 1975.
- Blázquez 2009: J. M. Blázquez, “Teónimos hispanos. *Addenda y corrigenda*. v” *PalHisp* 9, 2009, 39-61.
- Coelho 1884: F. Adolfo Coelho, “Sur les cultes péninsulaires antérieurs à la domination romaine”, *IX Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques-Compte Rendu*, Lisboa, 1884, 438-451.
- Dumézil 1958: G. Dumézil, *L'Idéologie Tripartite des Indo-Européens*, Bruxelles 1958.
- Encarnação 1971: J. d'Encarnação, “O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica”, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, 2, Coimbra, 1971, 347-351 [<http://hdl.handle.net/10316/10503>].
- Encarnação 1988: J. d'Encarnação, “Ficheiro Epigráfico, uma experiência em curso em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 27, 1988, 245-247.
- Encarnação 2001: J. d'Encarnação, *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais 2001.

²⁶ Este estudo integra-se no projecto de investigação do grupo ‘*Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*’, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n° 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

- Encarnação 2002: J. d'Encarnação, "O sexo dos deuses romanos", *Scripta Antiqua*, Valladolid, 2002, 517-525 (= *Epigrafia. As Pedras que Falam*, Coimbra 2010, 133-144).
- Encarnação *et alii* 2008: J. d'Encarnação, A. Carneiro, J. Oliveira e C. Teixeira, "Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)", *Conimbriga* 47 2008, 85-102. [<http://hdl.handle.net/10316/10754>].
- Encarnação e Ribeiro 1998: J. d'Encarnação e J. Cardim, "Divagações linguísticas em torno dum epitáfio romano reencontrado", *Humanitas* 50.1, 1998, 189-197.
- Étienne, Fabre e Lévêque 1976: R. Étienne, G. Fabre, P. e M. Lévêque, *Fouilles de Conimbriga, II. Épigraphie et Sculpture*, Paris 1976.
- Garcia 1991: J. M. Garcia, *Religiões antigas de Portugal, Aditamentos e observações às 'Religiões da Lusitânia' de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa 1991.
- Hoz 1986: J. de Hoz, "La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania", *Manifestaciones Religiosas en la Lusitania (Cáceres 1984)*, Cáceres 1986, 31-49.
- Prósper e Villar 2009: B. M. Prósper e F. Villar, "Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre", *Emerita* 77.1, 2009, 1-32.
- Tovar 1985: A. Tovar, "La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos", *III CLCP*, 227-253.

José d'Encarnação
Centro de Estudos Arqueológicos
e-mail: jde@fl.uc.pt

José d'Encarnação



Fig. 1



Fig. 2

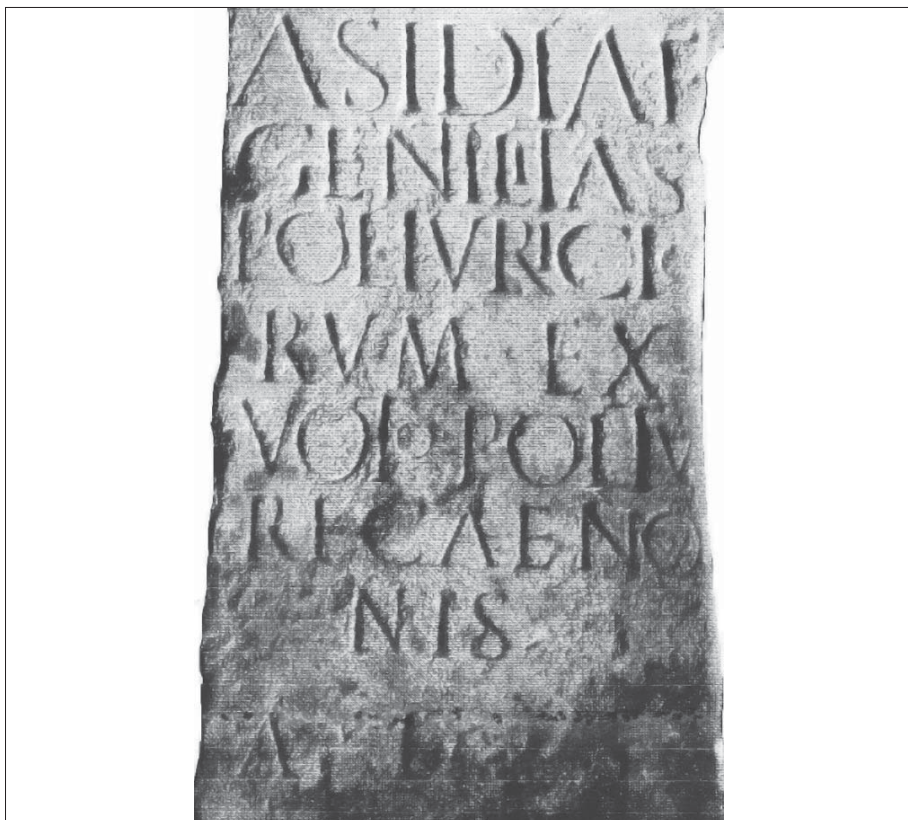


Fig. 3



Fig. 4